



## MUNICÍPIO DE NIQUELÂNDIA

### AVISO DE DISPENSA Nº 061/2024

### PROCESSO: 2024004716

O **MUNICÍPIO DE NIQUELÂNDIA**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Mestre Dario nº 01 - Centro em Niquelândia, Goiás, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 02.215.895/0001-07, por intermédio de seu Agente de Contratação e respectiva equipe de apoio, designado pelo Decreto nº 250/2023, de 18 de setembro de 2023, torna público aos interessados, que fará realizar licitação, na modalidade de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, regido pela Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação correlata com suas alterações, e demais exigências deste Edital.

As propostas deverão obedecer às especificações deste Instrumento Convocatório e anexo, que dele fazem parte integrante.

A sessão de processamento será realizada na data de **29 de AGOSTO de 2024**, a partir das **08:00 (oito)** horas, na sede Administrativa do Município de Niquelândia, localizada à Praça Mestre Dario nº 01 - Centro em Niquelândia, Goiás e será conduzido pelo Agente de Contratação com o auxílio da Equipe de Apoio, designado nos autos do Processo em epígrafe.

DATA LIMITE: **28/08/2024 as 23:59 horas**

HORÁRIO ENVIO: **A PARTIR DE 26/08/2024 AS 08:00 ATÉ O DIA 28/08/2024 AS 23:59 Horas / Horário de Brasília-DF**

ENDEREÇO PARA ENVIO: [compras@niquelandia.go.gov.br](mailto:compras@niquelandia.go.gov.br) ou no [PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL](#) (praça Mestre Dário, n 01, Centro, Niquelândia – GO).

LINK DO EDITAL: [www.niquelandia.go.gov.br](http://www.niquelandia.go.gov.br) e [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp)

A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Niquelândia, sito a Praça Mestre Dário, n 001, Centro, Niquelândia - GO – CEP – 76.420-000, no horário de 08:00 às 16:00, em dias úteis ou pelo E-mail: [compras@niquelandia.go.gov.br](mailto:compras@niquelandia.go.gov.br) até a data limite.

#### **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

- 1.1.** O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO, EXECUTIVO, DE APROVAÇÃO E LICENCIAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO HABITACIONAL - AGEHAB**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
- 1.2.** O critério de julgamento adotado será o menor preço/maior desconto, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### **2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA.**

- 2.1.** A participação na presente DISPENSA se dará mediante apresentação, via e-mail [licitacao@niquelandia.go.gov.br](mailto:licitacao@niquelandia.go.gov.br), das propostas e documentos elencados a abaixo, conforme Edital, Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar.
- 2.1.1.** O e-mail enviado deverá conter no campo “ASSUNTO” a indicação de aviso de dispensa e razão social dos participantes (DISPENSA XXX/2024 – “RAZÃO SOCIAL DO PARTICIPANTE”) para facilitar a melhor identificação do processo em epígrafe.
- 2.1.2.** A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Niquelândia, sito a Praça Mestre Dário, n 001,



**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



Centro, Niquelândia - GO - CEP - 76.420-000, no horário de 08:00 às 16:00, em dias úteis ou pelo E-mail: [compras@niquelandia.go.gov.br](mailto:compras@niquelandia.go.gov.br) até a data limite.

**2.1.3.** O fornecedor SERÁ o responsável por qualquer transação apresentada no e-mail diretamente ou por seu representante, ainda que por terceiros não autorizados.

**2.2.** Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

**2.2.1.** que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

**2.2.2.** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.2.3.** que se enquadrem nas seguintes vedações:

**a)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**b)** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**c)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**d)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**e)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**f)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

**2.2.3.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**2.2.3.2.** aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

**2.2.4.** organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

**2.2.5.** sociedades cooperativas.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA**

**3.1.** O ingresso do fornecedor na disputa se dará com o envio, por e-mail, de sua proposta na forma deste item.

**3.2.** O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, **encaminhará, exclusivamente para o e-mail: [licitacao@niquelandia.go.gov.br](mailto:licitacao@niquelandia.go.gov.br)**, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para envio limite estabelecidos acima.

**3.3.** A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Niquelândia, sito a Praça Mestre Dário, n 001, Centro, Niquelândia - GO - CEP - 76.420-000, no horário de 08:00 às 16:00, em dias úteis ou pelo E-mail: [compras@niquelandia.go.gov.br](mailto:compras@niquelandia.go.gov.br) até a data limite.

**3.4.** A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



- 3.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 3.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 3.7. Os preços ofertados, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.9. Uma vez enviada a proposta por e-mail, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

**4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

- 4.1. Encerrada o prazo para envio das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, via e-mail, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 4.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa e publicado no site do Município de Niquelândia e no Portal Nacional de Compras Públicas.
- 4.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da nova proposta renegociada e, se necessário, de documentos complementares.
- 4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 4.5.1. conter vícios insanáveis;
- 4.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 4.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 4.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 4.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 4.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 4.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, desde que não haja majoração do preço.
- 4.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 4.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



- 4.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 4.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 4.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **5. HABILITAÇÃO**

- 5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado, seu envio por e-mail, no prazo de até 03 (três) dias após sua classificação.

### **5.1.1. Habilitação Jurídica:**

- I. Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, devidamente autenticado, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- II. Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acompanhados do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- III. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- IV. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **5.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista:**

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II. Provas de regularidade, em plena validade, para com a Fazenda Federal (consistindo em certidão negativa de tributos e contribuições federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional);
- III. Provas de regularidade, em plena validade, para com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa do Estado);
- IV. Provas de regularidade, em plena validade, para com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos Municipais) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- V. Provas de regularidade, em plena validade, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- VI. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

### **5.1.3. Qualificação econômica financeira**

- I. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta;



**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



**5.1.4. Qualificação Técnica**

I. Certidão de Inscrição ou Registro da empresa licitante e de seus Responsáveis Técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, se a pessoa jurídica for registrada em qualquer outro Conselho Regional, quando for exercer atividades em caráter temporário na jurisdição de outra Regional, ficará obrigada a visar nele o seu registro, nos termos da Resolução n.º 413/97, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

II. **CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**, cuja a qualificação técnica do Responsável Técnico deverá ser demonstrada através de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida com base no Registro de Acervo Técnico – RAT, pela comprovação do licitante possuir em seu quadro permanente na forma definida abaixo, na data prevista para entrega da proposta, profissional detentor de atestados de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes a do objeto da licitação, não sendo admitido atestado (s) de fiscalização ou supervisão de obras/serviços.

III. A comprovação que o profissional compõe o quadro permanente da licitante se dará através de carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços, e no caso de sócio, diretor ou proprietário, apresentar cópia do estatuto ou contrato social da empresa, com sua última alteração;

**5.1.5. Outras comprovações:**

I. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

II. Declaração para fins de participação no Aviso de Dispensa, sob as penas da Lei, que atende plenamente aos requisitos de habilitação.

III. Declaração para os devidos fins e sob as penas da Lei, que não possui qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, com a Administração Pública Municipal, que impeça de contratar com a Município de Niquelândia.

IV. Declaração de enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com registro na Junta Comercial de seu Estado e/ou Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial de seu Estado com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias;

**6. CONTRATAÇÃO**

**6.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**6.2.** O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

**6.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**6.3.1.** referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**6.3.2.** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

**6.3.3.** a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**6.4.** O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.



**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



- 6.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

**7. SANÇÕES**

- 7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 7.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 7.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a DISPENSA ou a execução do contrato;
- 7.1.9. fraudar a DISPENSA ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 7.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 7.2.1. Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.2. Multa de 01% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;
- 7.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.





**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



- 7.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 7.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 7.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 7.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 7.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 7.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

**8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 8.1. O procedimento será divulgado no site do Município de Niquelândia e no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP.
- 8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 8.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
- 8.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- 8.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 8.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 8.3. As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
- 8.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 8.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF.
- 8.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas,



**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 8.8.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 8.9.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 8.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 8.11.** Todas as sessões realizadas para esta dispensa serão lavradas atas circunstanciadas dos trabalhos, onde serão registrados todos os atos praticados;
- 8.12.** A ata, bem como extratos de contrato serão publicados no site do Município de Niquelândia e no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP.
- 8.13.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 8.13.1.** ANEXO I - Termo de Referência;
- 8.13.2.** ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar
- 8.13.3.** ANEXO III - Planilha de Custos e Formação de Preços;
- 8.13.4.** ANEXO IV – Modelos Sugeridos;
- 8.13.5.** ANEXO IV – Modelos Sugeridos – Proposta de Preço
- 8.13.6.** ANEXO V – Minuta de Contrato.

Niquelândia, 23 de agosto de 2024.

**LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA FILHO**

Agente de Contratação





## MUNICÍPIO DE NIQUELÂNDIA

### AVISO DE DISPENSA Nº 061/2024

PROCESSO: 2024004716

### ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

#### 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa de engenharia para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO, EXECUTIVO, DE APROVAÇÃO E LICENCIAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO HABITACIONAL - AGEHAB, nas especificações da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;

Item	Quant.	Unid.	Descrição
1	1	SERV	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO, EXECUTIVO, DE APROVAÇÃO E LICENCIAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO HABITACIONAL -AGEHAB <b>LOTEAMENTO COLINA PARK - 82.417,94 M²</b>
2	1	SERV	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO, EXECUTIVO, DE APROVAÇÃO E LICENCIAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO HABITACIONAL -AGEHAB - PARA O <b>BAIRRO VILA BELA – NIQUELÂNDIA - GO – 10.210,00 m²</b>

#### ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇOS:

Suporte técnico e assessoria no preenchimento de plano de trabalho nos padrões de aprovação da AGEHAB;

Prestação de serviços técnicos em elaboração e detalhamento de relatório dos levantamentos feitos junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Niquelândia para identificação e elaboração de planta com demarcação urbanística da área a ser desmembrada em lotes;

Elaboração de Planta Urbanística de parcelamento georreferenciada, com identificação dos confrontantes e respectivas anuências, com dimensões e áreas dos lotes, hachuras nos lotes indicados, quadras do entorno, plantas e memoriais descritivos gerais e individuais, contendo Curvas de Nível, com ortofoto, MDT e nuvens de pontos densa do local;

Prestação de serviços na demarcação “in loco” das quadras e lotes, com respectivo relatório fotográfico georreferenciado;

Elaboração de Laudo Técnico de infraestrutura, com elaboração de plantas contendo localização de rede de energia elétrica, de saneamento (drenagem, abastecimento de água, e de esgotamento sanitário), de pista de rolamento;

Prestação de serviços técnicos operacionais na elaboração de Projeto de Pista de rolamento contendo calçamento, e drenagem superficial;

Elaboração de Laudo de sondagem com respectivo ensaio;

Elaboração de Laudo de Percolação com respectivo ensaio;



**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



Prestação de serviços em suporte técnico e assessoria na entrega da documentação junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Niquelândia, bem como todo suporte técnico até a finalização de todas as fases até o registro e aprovação da AGEHAB.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A contratação de uma empresa de engenharia para a elaboração da documentação técnica referente à construção de casas de custo zero, conforme o convênio estabelecido com a Agência Goiana de Habitação (AGEHAB), é um passo crucial para a concretização deste projeto de grande relevância social e econômica. Tal contratação se justifica por vários motivos que asseguram a viabilidade, a legalidade e a qualidade das construções a serem realizadas;
- 2.2. Desta feita, o assessoramento no preenchimento do plano de trabalho é essencial para garantir que todas as etapas do projeto sejam detalhadamente planejadas e executadas conforme as diretrizes estabelecidas, evitando possíveis erros e retrabalhos que poderiam atrasar o cronograma e aumentar os custos. A pesquisa junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Niquelândia é indispensável para a identificação precisa da área a ser desmembrada, assegurando que a demarcação urbanística seja realizada de forma correta e legal;
- 2.3. A elaboração de uma planta urbanística georreferenciada é um requisito fundamental para o parcelamento do solo, garantindo que todas as dimensões, áreas dos lotes, e outras especificações sejam precisas e que todas as partes envolvidas, incluindo confrontantes, estejam de acordo. Além disso, a utilização de tecnologias como ortofotos, Modelos Digitais de Terreno (MDT) e nuvens de pontos densas contribui para uma representação fiel e detalhada do terreno, facilitando a visualização e o planejamento do projeto;
- 2.4. A demarcação "in loco" das quadras e lotes, acompanhada de um relatório fotográfico georreferenciado, proporciona uma verificação prática e detalhada da área, assegurando que a execução corresponda ao planejamento. A elaboração de laudos técnicos de infraestrutura é igualmente crucial, pois envolve a localização de redes de energia elétrica, saneamento e vias de rolamento, elementos essenciais para a habitabilidade e funcionalidade das residências;
- 2.5. Projetos detalhados de pista de rolamento, incluindo calçamento e drenagem superficial, são necessários para garantir a acessibilidade e a durabilidade das vias, prevenindo problemas futuros como alagamentos e degradação prematura. Laudos de sondagem e percolação, acompanhados de seus respectivos ensaios, são indispensáveis para avaliar as condições do solo e sua capacidade de suportar as construções, garantindo a segurança e a longevidade das edificações;
- 2.6. O assessoramento na entrega da documentação junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Niquelândia assegura que todos os trâmites legais sejam cumpridos, evitando complicações jurídicas e assegurando a regularização dos imóveis. Dessa forma, a contratação de uma empresa de engenharia qualificada é vital para a realização eficiente, segura e legal deste importante projeto habitacional, refletindo um compromisso com a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada.
- 2.7. Vale lembrar ainda que a Prefeitura de Niquelândia não possui em seu quadro pessoal funcionários devidamente capacitados para execução do referido serviço, justificando sua terceirização.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 3.1. A solução escolhida e a ser adotada pela Prefeitura Municipal de Niquelândia é a dispensa de licitação em função do valor, considerando a necessidade de entrega imediata dos produtos/serviços, bem como o valor total estimado para contratação, conforme disposto no Art. 75, inc. I da Lei 14.133/21;
- 3.2. Ressalta-se que não foram identificados requisitos que restrinjam a competitividade de mercado.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Especificações gerais dos serviços**

- 4.1.1. O assessoramento no preenchimento do plano de trabalho. Este plano serve como um guia estratégico para todas as fases do projeto, delineando as atividades, prazos, recursos e responsabilidades. A empresa de engenharia deve garantir que o plano seja compreensivo e conforme os objetivos do convênio, assegurando que todas as etapas estejam claramente definidas e alinhadas com as expectativas da AGEHAB;
- 4.1.2. A pesquisa cadastral no Cartório de Registro de Imóveis de Niquelândia é vital para a identificação precisa da área a ser desmembrada em lotes. Esta pesquisa inclui a obtenção de todas as informações necessárias para a elaboração de uma planta com a demarcação urbanística,



**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



assegurando que a divisão dos lotes esteja em conformidade com as regulamentações legais e territoriais vigentes;

- 4.1.3. A elaboração de uma planta urbanística de parcelamento georreferenciada é um componente essencial do projeto. Esta planta deve incluir a identificação dos confrontantes e suas anuências, bem como as dimensões e áreas dos lotes. A utilização de tecnologias avançadas, como Modelos Digitais de Terreno (MDT) e nuvens de pontos densas, além de ortofotos, é necessária para fornecer uma visão precisa e detalhada do terreno, incluindo curvas de nível, quadras do entorno, plantas e memoriais descritivos gerais e individuais;
- 4.1.4. A demarcação “in loco” das quadras e lotes, acompanhada de um relatório fotográfico georreferenciado, é fundamental para assegurar que a divisão planejada corresponda à realidade do terreno. Esta atividade inclui a marcação física dos limites dos lotes e a documentação fotográfica, proporcionando uma verificação prática da conformidade com o plano urbanístico;
- 4.1.5. A elaboração de um laudo técnico de infraestrutura é crucial para garantir que todas as necessidades básicas de serviços públicos sejam atendidas. Este laudo deve incluir plantas detalhadas que mostrem a localização das redes de energia elétrica, saneamento (drenagem, abastecimento de água e esgotamento sanitário) e vias de rolamento. A precisão e a clareza dessas plantas são essenciais para a integração eficiente da infraestrutura no projeto;
- 4.1.6. O projeto de pista de rolamento deve incluir detalhes sobre calçamento e drenagem superficial. Este projeto é fundamental para garantir a acessibilidade e a durabilidade das vias internas ao desenvolvimento, prevenindo problemas como alagamentos e desgaste prematuro das superfícies de rolamento;
- 4.1.7. Os laudos de sondagem e percolação, acompanhados de seus respectivos ensaios, são indispensáveis para a avaliação das condições do solo. Estes laudos fornecem informações críticas sobre a capacidade do solo de suportar as construções e sobre as características de drenagem do terreno, assegurando a segurança e a sustentabilidade das habitações;
- 4.1.8. O assessoramento na entrega da documentação junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Niquelândia é uma etapa vital para a regularização dos imóveis. Este serviço garante que todos os trâmites legais sejam cumpridos, evitando futuros problemas legais e assegurando a legitimidade das propriedades;
- 4.1.9. A Contratante poderá solicitar ao responsável pela fiscalização, relatórios complementares ou não programados sempre que julgar necessário, e estes deverão ser entregues no prazo acordado com a Contratante.

#### **4.2. Atividades**

- 4.2.1. O engenheiro será responsável pelos seguintes serviços prestados:
  - 4.2.1.1. *Assessoramento no preenchimento de plano de trabalho: Auxiliar na definição de etapas, prazos e recursos necessários para a realização do projeto. Garantir que o plano esteja conforme as exigências do convênio com a AGEHAB;*
  - 4.2.1.2. *Pesquisa junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Niquelândia: Identificar a área a ser desmembrada em lotes. Elaborar planta com demarcação urbanística da área;*
  - 4.2.1.3. *Elaboração de Planta Urbanística: Desenvolver planta georreferenciada de parcelamento. Identificar confrontantes e obter suas anuências. Dimensionar e especificar áreas dos lotes, incluindo hachuras nos lotes indicados. Incluir quadras do entorno, plantas e memoriais descritivos gerais e individuais. Incorporar curvas de nível, ortofoto, MDT e nuvens de pontos densas do local;*
  - 4.2.1.4. *Demarcação “in loco” das quadras e lotes: Executar a demarcação física no local. Produzir relatório fotográfico georreferenciado;*
  - 4.2.1.5. *Elaboração de Laudo Técnico de infraestrutura: Desenvolver plantas que localizem redes de energia elétrica, saneamento (drenagem, abastecimento de água e esgotamento sanitário) e pista de rolamento;*
  - 4.2.1.6. *Elaboração de Projeto de Pista de rolamento: Incluir detalhes de calçamento e drenagem superficial;*



**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



- 4.2.1.7. *Laudo de sondagem com respectivo ensaio: Realizar sondagens do solo e produzir laudos correspondentes;*
- 4.2.1.8. *Laudo de Percolação com respectivo ensaio: Realizar ensaios de percolação do solo e produzir laudos correspondentes;*
- 4.2.1.9. *Assessoramento na entrega da documentação junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Niquelândia: Auxiliar na preparação e submissão de toda a documentação necessária para registro;*
- 4.2.1.10. *cumprimento das obrigações da Contratada definidos no Contrato e no respectivo Edital;*

**4.3. Materiais a serem entregues**

- 4.3.1. O primeiro material a ser entregue é um plano de trabalho completo e detalhado. Este documento deve incluir a descrição das atividades, cronogramas, recursos necessários e responsáveis por cada etapa do projeto. O plano de trabalho deve ser elaborado com base no assessoramento inicial, garantindo que todas as fases do projeto estejam claramente definidas e alinhadas com as diretrizes do convênio com a AGEHAB;
- 4.3.2. Após a pesquisa junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Niquelândia, deve ser entregue uma planta com a demarcação urbanística da área a ser desmembrada em lotes. Esta planta deve conter todas as informações necessárias para identificar os limites da propriedade, incluindo a localização exata dos lotes, ruas e outras infraestruturas urbanas;
- 4.3.3. A elaboração de uma planta urbanística de parcelamento georreferenciada é fundamental. Esta planta deve incluir a identificação dos confrontantes e suas respectivas anuências, as dimensões e áreas dos lotes, além de hachuras nos lotes indicados, quadras do entorno, plantas e memoriais descritivos gerais e individuais. Deve também conter curvas de nível, ortofotos, Modelos Digitais de Terreno (MDT) e nuvens de pontos densas do local, proporcionando uma visão detalhada e precisa do terreno;
- 4.3.4. A demarcação “in loco” das quadras e lotes deve ser acompanhada de um relatório fotográfico georreferenciado. Este relatório deve documentar visualmente a demarcação física realizada no terreno, garantindo que as marcações estejam corretamente posicionadas e visíveis, e facilitando a verificação posterior;
- 4.3.5. Um laudo técnico de infraestrutura deve ser elaborado e entregue, contendo plantas detalhadas que mostram a localização das redes de energia elétrica, saneamento (drenagem, abastecimento de água e esgotamento sanitário) e vias de rolamento. Este laudo deve garantir que todas as necessidades de infraestrutura sejam atendidas de forma integrada e eficiente;
- 4.3.6. Deve ser entregue um projeto detalhado de pista de rolamento, incluindo especificações de calçamento e drenagem superficial. Este projeto deve assegurar que as vias internas ao desenvolvimento sejam adequadamente planejadas para suportar o tráfego previsto e garantir a durabilidade das superfícies de rolamento;
- 4.3.7. Os laudos de sondagem e percolação, acompanhados de seus respectivos ensaios, são essenciais para avaliar as condições do solo e garantir a adequação das construções planejadas. Estes laudos devem fornecer informações detalhadas sobre a capacidade do solo de suportar as edificações e sobre as características de drenagem do terreno;
- 4.3.8. A empresa deve fornecer todo o assessoramento necessário para a entrega da documentação no Cartório de Registro de Imóveis de Niquelândia. Isso inclui a preparação e organização de todos os documentos exigidos, assegurando que estejam completos e em conformidade com os requisitos legais, facilitando a regularização dos lotes e das futuras habitações.

**4.4. Equipe técnica**

- 4.4.1. A prestação dos serviços será realizada por profissional qualificado, conforme suas especificidades um profissional devidamente especializado na área de engenharia, mediante apresentação de comprovante de registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Goiás (CREA/GO);

**4.5. Forma de prestação dos serviços**



**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



- 4.5.1. Fornecimento de todo material, equipamentos, mão-de-obra e transportes relativos ao item 1, incluindo os serviços;
- 4.5.2. Efetuar visita técnica ao local contratado, analisando criticamente todos os projetos e documentos técnicos fornecidos pelo contratante e apresentando por escrito, junto à proposta técnica, possíveis discrepâncias às normas técnicas, regulamentos ou posturas de leis em vigor;
- 4.5.3. Fornecer alimentação, transporte, uniforme e EPI's dos funcionários;
- 4.5.4. Cumprir as normas regulamentadoras NR18;
- 4.5.5. Manter a frente da condução do trabalho Engenheiro ou Técnico, devidamente inscrito no CREA-GO ou CFT-GO e participante da ART de execução dos serviços;
- 4.5.6. Fornecer após a visita técnica periódica um relatório de constando às atividades realizadas, assim como relação de problemas ocorridos e as medidas tomadas para resolvê-los;
- 4.5.7. Responsabilidade para com as Obrigações Trabalhistas do pessoal encarregado dos serviços;
- 4.5.8. Fornecimento da ART;
- 4.5.9. Cumprimento do prazo de entrega estipulado no termo de referência;
- 4.5.10. Os serviços deverão ser entregues no prazo de 90(noventa) dias corridos, contados da emissão da ordem de serviços.

**4.6. Subcontratação**

- 4.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**4.7. Exigência de garantia de contratação**

- 4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

**4.8. Vistoria**

- 4.8.1. a realização da vistoria de levantamento topográfico e georreferenciamento da área destinada à construção das casas. Este processo envolve a medição precisa do terreno, identificando suas características físicas e legais. O engenheiro utiliza equipamentos especializados para coletar dados topográficos que servirão de base para a elaboração da planta urbanística georreferenciada. Essa planta é fundamental para garantir que o parcelamento dos lotes seja feito de maneira correta e em conformidade com as normas urbanísticas. A documentação resultante inclui um relatório detalhado do levantamento topográfico e a planta georreferenciada, que são essenciais para o prosseguimento das etapas subsequentes do projeto;
- 4.8.2. A vistoria foca na avaliação das condições da infraestrutura existente e dos serviços públicos disponíveis na área do projeto. O engenheiro realiza inspeções detalhadas das redes de energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem. Além disso, é feita uma avaliação das condições das vias de acesso, incluindo a necessidade de obras de calçamento e drenagem superficial. Durante essa vistoria, são identificados pontos críticos que possam necessitar de melhorias ou novas instalações para assegurar que a infraestrutura suporte adequadamente as novas construções. A documentação gerada inclui um laudo técnico de infraestrutura, com plantas detalhadas das redes de serviços públicos e das vias, que serão fundamentais para o planejamento e execução das obras;
- 4.8.3. A vistoria envolve a análise das condições do solo e das características geotécnicas do terreno. O engenheiro realiza sondagens para identificar a composição e as propriedades do solo, garantindo que ele seja adequado para a construção das casas. Além disso, são executados ensaios de percolação para verificar a capacidade de absorção de água do solo, o que é crucial para evitar problemas de drenagem e alagamentos. Com base nos resultados dessas análises, o engenheiro elabora laudos técnicos que incluem recomendações para a preparação do terreno e medidas preventivas ou corretivas, se necessário. Esses laudos são indispensáveis para assegurar a segurança e a estabilidade das futuras construções, garantindo que o projeto atenda aos requisitos técnicos e legais.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1. Local e horário de execução dos serviços**





**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



- 5.1.1. Os serviços elencados neste termo de referência serão prestados diretamente no BAIRRO VILA BELA e BAIRRO COLINA PARK II, localizado na cidade de Niquelândia, até a conclusão de todos os serviços relacionados neste termo.

**5.2. Garantia dos serviços**

- 5.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante a empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

**6.6. Preposto**

- 6.6.1. A Contratada designará o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;
- 6.6.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa à disposição, através de meio eletrônico digital, para execução do objeto;
- 6.6.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**6.7. Fiscalização**

- 6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);
- 6.7.2. Fica responsável pelo acompanhamento e fiscalização quanto à completa execução do contrato, a servidora **LUCIENE GONÇALVES DE ALMEIDA**, designada pelo Decreto nº 180/2023, de 19 de junho de 2023.

**6.8. Fiscalização técnica**

- 6.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.8.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);



**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



- 6.8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.8.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**6.9. Fiscalização administrativa**

- 6.9.1. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);
- 6.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**6.10. Gestão do contrato**

- 6.10.1. Fica responsável pela gestão do contrato a servidora **LUCAS SOUZA MORAIS**, designado pelo Decreto nº 037/2024 de 31 de janeiro de 2024;
- 6.10.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando, se necessário, relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);
- 6.10.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);
- 6.10.4. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);
- 6.10.5. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);
- 6.10.6. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);
- 6.10.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);
- 6.10.8. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

- 7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:
  - 7.1.1. Não produzir os resultados acordados;
  - 7.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou





**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



- 7.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.2. Recebimento**

- 7.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 3 (três) dias, por servidor devidamente nomeado para tanto, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022);

**7.3. Liquidação**

- 7.3.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) prazo de validade;
  - b) data da emissão;
  - c) dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) valor a pagar; e
  - e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.3.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.3.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais;
- 7.3.4. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;
- 7.3.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 7.3.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.3.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

**7.4. Prazo de pagamento**

- 7.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias contados da liquidação da nota fiscal.

**7.5. Forma de pagamento**

- 7.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;
- 7.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 7.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 7.5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
- 7.5.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

1.1.

### **8.2. Regime de execução**

8.2.1. O regime de execução do contrato será empreitado por preço global.

1.2.

### **8.3. Exigências de habilitação**

1.3.

#### **8.3.1. Habilitação jurídica**

8.3.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

1.4.

#### **8.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.3.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.



**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



1.5.

**8.3.3. Habilitação técnica**

- 8.3.3.1. *Prova de registro no respectivo conselho regional regulamentador, através da apresentação da Certidão de Registro e Quitação junto ao CREA/GO;*
  - 8.3.3.2. *Comprovação da capacitação técnico-profissional do(s) responsável (is) técnico(s) pertencente ao quadro de responsáveis técnicos da empresa, através de ao menos um atestado de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, atuante no mercado nacional, acompanhados das respectivas certidões de acervo técnico (CAT), emitidas pelo CREA da região em que foi realizada a obra, comprovando a responsabilidade técnica por obra com características semelhantes ao objeto da Tomada de Preços nº 002/2023;*
  - 8.3.3.3. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;*
  - 8.3.3.4. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada;*
  - 8.3.3.5. *O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;*
- 8.3.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- 8.3.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal para o ano em exercício, conforme codificação expedida pelo Departamento Contábil.

Niquelândia/GO, 02 de Abril de 2024.

**JULIANA ALVES GOMES**  
Gestora do FMAS



## MUNICÍPIO DE NIQUELÂNDIA

### AVISO DE DISPENSA Nº 061/2024

PROCESSO: 2024004716

## ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

<b>ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR</b>
<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b>
Art. 72, inciso II da Lei n. 14.133/2021.

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

- 1.1. A presente Contratação de empresa de engenharia para elaboração da documentação técnica de construção de casa custo zero, de acordo com o convenio com a AGEHAB, além de representar uma exigência obrigatória, conforme estabelecido na Lei 14.133/21 e demais regulamentações em vigor.

### 2. ÁREA REQUISITANTE

Setor Requisitante	Responsável
GESTORA DO FMAS	JULIANA ALVES GOMES

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A solução escolhida e a ser adotada pela Prefeitura Municipal de Niquelândia é a dispensa de licitação em função do valor, considerando a necessidade de entrega imediata dos produtos/serviços, bem como o valor total estimado para contratação, conforme disposto no Art. 75, inc. I da Lei 14.133/21;
- 3.2. Ressalta-se que não foram identificados requisitos que restrinjam a competitividade de mercado.
- 3.3. Trata-se de serviços de engenharia, tendo como objeto da presente contratação se caracteriza serviços técnicos das profissões de engenheiro, implica na intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel, de interesse para a Administração, que deverá ser norteada e executada de acordo com Projeto Básico, elaborado por profissional capacitado com experiência em projetos para aprovação por órgão gerenciador do governo.

### 4. MAPA DE RISCOS

RISCO 01: Atrasos na Aprovação e Execução do Projeto	
Probabilidade:	( ) Baixa ( ) Média ( <b>X</b> ) Alta
Impacto:	( ) Baixa ( ) Média ( <b>x</b> ) Alta
<b>Dano:</b> Sem uma documentação técnica adequada, há um risco elevado de atrasos na aprovação pelos órgãos competentes, o que pode postergar o início e a conclusão das obras.	



**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



<b>Ação Preventiva:</b> Contratar uma empresa de engenharia qualificada desde o início para elaborar a documentação técnica completa e conforme as normas vigentes. Isso inclui a obtenção de todas as licenças e autorizações necessárias antecipadamente.	<b>Responsável:</b> Departamento de Licitações e Contratos
<b>Ação de Contingência:</b> Estabelecer um plano de comunicação eficaz com os órgãos competentes para resolver rapidamente quaisquer questões ou pendências que surgirem durante o processo de aprovação. Manter um buffer de tempo no cronograma do projeto para lidar com atrasos imprevistos.	<b>Responsável:</b> Gabinete da Presidência

<b>RISCO 02: Embargos e Paralisação das Obras</b>	
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa ( ) Média ( <b>x</b> ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa ( ) Média ( <b>x</b> ) Alta
<b>Dano:</b> A falta de conformidade com as normas legais e regulamentações urbanísticas pode levar a embargos das obras, resultando em paralisação total do projeto até que as pendências sejam resolvidas.	
<b>Ação Preventiva:</b> Garantir que todas as etapas do projeto estejam em conformidade com as normas legais e regulamentações urbanísticas através da contratação de uma empresa de engenharia experiente. Realizar auditorias internas regulares para verificar a conformidade contínua.	<b>Responsável:</b> Fornecedor contratado
<b>Ação de Contingência:</b> Desenvolver um plano de ação rápido para corrigir quaisquer não conformidades identificadas. Isso pode incluir a alocação de uma equipe dedicada a resolver problemas legais e a coordenação com os órgãos reguladores para obter a liberação das obras.	<b>Responsável:</b> Fornecedor contratado

<b>RISCO 03: Custos Adicionais e Multas</b>	
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa ( ) Média ( <b>x</b> ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa ( ) Média ( <b>x</b> ) Alta
<b>Dano:</b> Problemas legais e de regularização fundiária podem gerar custos extras significativos, incluindo multas, taxas adicionais e a necessidade de contratar consultorias e advogados para resolver as questões.	
<b>Ação Preventiva:</b> Planejar detalhadamente o orçamento do projeto, incluindo uma margem para imprevistos legais e administrativos. Contratar uma empresa de engenharia que possa garantir a conformidade com todas as regulamentações para evitar multas e custos adicionais.	<b>Responsável:</b> Departamento de Licitações e Contratos
<b>Ação de Contingência:</b> Reservar um fundo de contingência financeira específico para cobrir multas ou custos legais imprevistos. Estabelecer contratos com consultores jurídicos e técnicos para intervenção rápida e eficiente em caso de problemas.	<b>Responsável:</b> Secretaria de Finanças

<b>RISCO 04: Insegurança Jurídica para os Beneficiários</b>	
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa ( ) Média ( <b>x</b> ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa ( ) Média ( <b>x</b> ) Alta





**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



<b>Dano:</b> A ausência de documentação técnica correta pode criar insegurança jurídica para os futuros moradores, dificultando a obtenção de escrituras definitivas e prejudicando a regularização dos imóveis.	
<b>Ação Preventiva:</b> Assegurar que a empresa de engenharia contratada produza toda a documentação técnica correta e conforme as exigências legais. Realizar workshops e sessões informativas com os beneficiários sobre a importância da documentação correta e os procedimentos para obtenção de escrituras.	<b>Responsável:</b> Fiscal de contrato
<b>Ação de Contingência:</b> Criar um serviço de apoio jurídico para os beneficiários, orientando-os na regularização dos imóveis e na obtenção de escrituras definitivas. Manter um canal de comunicação aberto para resolver dúvidas e problemas que possam surgir no processo.	<b>Responsável:</b> Fiscal de contrato

## 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADE A SEREM CONTRATADAS

Item	Quant.	Unid.	Descrição
1	1	SERV	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO, EXECUTIVO, DE APROVAÇÃO E LICENCIAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO HABITACIONAL -AGEHAB <b>LOTEAMENTO COLINA PARK - 82.417,94 M²</b>
2	1	SERV	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO, EXECUTIVO, DE APROVAÇÃO E LICENCIAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO HABITACIONAL -AGEHAB - PARA O <b>BAIRRO VILA BELA – NIQUELÂNDIA - GO – 10.210,00 m²</b>

## 6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DO OBJETO

Não há parcelamento, visando buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípuo da licitação, sendo assim por se tratar de serviços com deslocamento junto ao município, períodos de prestação de serviços in-loco, junção das duas funções em lugares de mesmo fluxo, possibilitando a mesma empresa contratada impulsionar os serviços de forma correlata, trazendo, eficiência, agilidade e economicidade aos serviços executados.

## 7. RESULTADOS PRETENDIDOS

- 7.1. **Plano de Trabalho Detalhado e Eficiente:** Com o assessoramento no preenchimento do plano de trabalho, espera-se obter um documento claro e bem estruturado que delinear todas as etapas do projeto, cronogramas, recursos necessários e responsáveis por cada atividade, garantindo uma execução eficiente e coordenada;
- 7.2. **Identificação Precisa e Regularização Fundiária:** Através da pesquisa junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Niquelândia, o objetivo é identificar corretamente a área a ser desmembrada e elaborar uma planta com demarcação urbanística precisa. Isso assegurará a conformidade legal e facilitará a regularização fundiária, evitando problemas futuros;
- 7.3. **Planejamento Urbanístico** Georreferenciado: A elaboração de uma planta urbanística de parcelamento georreferenciada com identificação dos confrontantes e suas anuências, dimensões e áreas dos lotes, e outros detalhes técnicos, visa garantir um planejamento urbanístico eficiente, seguro e sustentável, respeitando todas as normas vigentes;



**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



- 7.4. **Demarcação Física Acurada:** Com a demarcação “in loco” das quadras e lotes, acompanhada de um relatório fotográfico georreferenciado, espera-se obter uma delimitação física precisa das áreas, o que facilitará o processo de construção e a posterior regularização dos imóveis;
- 7.5. **Infraestrutura Bem Planejada:** A elaboração de um laudo técnico de infraestrutura, contendo plantas detalhadas das redes de energia elétrica, saneamento e vias de rolamento, visa assegurar que todas as infraestruturas necessárias sejam planejadas e implementadas de forma integrada e eficiente, garantindo a funcionalidade e a qualidade de vida para os futuros moradores;
- 7.6. **Projeto de Pistas de Rolamento Durável:** O desenvolvimento de um projeto específico para as pistas de rolamento, incluindo calçamento e drenagem superficial, busca garantir a durabilidade e a segurança das vias de acesso, promovendo a mobilidade e a acessibilidade dentro do empreendimento;
- 7.7. **Avaliações Técnicas do Solo:** Com a realização de laudos de sondagem e percolação, espera-se obter informações detalhadas sobre as condições do solo, fundamentais para a segurança e a sustentabilidade das construções, evitando problemas estruturais futuros;
- 7.8. **Regularização Rápida e Eficaz:** O assessoramento na entrega da documentação junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Niquelândia tem como objetivo garantir que todos os documentos necessários sejam entregues de forma correta e dentro dos prazos, facilitando a regularização dos imóveis e a obtenção de escrituras definitivas pelos beneficiários;

## **8. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

- 8.1. Os possíveis impactos ambientais podem variar dependendo das práticas específicas do provedor de serviços, da infraestrutura utilizada e das políticas ambientais adotadas, podendo serem mitigados através de práticas sustentáveis:
  - 8.1.1. **Alterações no Uso do Solo e Vegetação:** Realização de estudo prévio de impacto ambiental para identificar áreas sensíveis e adotar técnicas de manejo adequadas. Utilização de tecnologias de georreferenciamento que minimizem o impacto na vegetação nativa;
  - 8.1.2. **Interferência nos Recursos Hídrico:** Inclusão de medidas de controle de erosão e sedimentação durante as atividades de demarcação e escavação. Implantação de sistemas de drenagem sustentáveis para minimizar o impacto nos cursos d'água locais;
  - 8.1.3. **Emissão de Poluentes e Resíduos:** Adoção de práticas de construção sustentável, como o uso de materiais de baixo impacto ambiental e a segregação e destinação adequada de resíduos sólidos. Implementação de medidas para redução da emissão de poluentes durante as obras;
  - 8.1.4. **Fragmentação de Habitat:** Planejamento urbanístico que considere a conectividade e a preservação de corredores ecológicos. Compensação ambiental através de projetos de recuperação de áreas degradadas ou criação de áreas verdes dentro do empreendimento;
  - 8.1.5. **Insegurança Hídrica e Saneamento:** Desenvolvimento de laudos técnicos detalhados para avaliar a capacidade de suporte ambiental das infraestruturas propostas. Implementação de medidas para garantir a disponibilidade de água potável e a eficiência dos sistemas de saneamento.

## **9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

- 9.1. A presente contratação não está vinculada à nem um processo;

## **10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

- 10.1. A contratação pretendida encontra-se em harmonia com as atividades da Prefeitura Municipal de Niquelândia/GO, pois visa proporcionar melhorias para o órgão.

## **11. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

*Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020).*





**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



11.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência. Para a presente contratação a empresa deverá elaborar Projeto Básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

## **12. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

*Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).*

12.1. Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: (Art. 7º, inciso III da IN 40/2020)

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

12.2. Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado.

## **13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

*Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)*

Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da IN 40/2020)

13.1. Assegurar que os projetos e relatórios, bem como os serviços executados proporcionem aprovação adequada nos órgãos de controle, dentro dos padrões da AGEHAB de modo que todas as etapas sejam concluídas em tempo e qualidade hábil, garantindo o bom desempenho da construção posterior das dependências das casas de custo zero, evitando maiores depreciações, além de preservar o bem público e otimizar a utilização dos recursos financeiros do erário. A empresa contratada deverá atender todos os requisitos estabelecidos no aviso de contratação e Termo de Referência e Projeto Básico.

13.2. Os serviços entregues devem ter resultados positivos, com a melhor prática de execução dos serviços relacionados a serem executados, de acordo com o padrão de qualidade, ou superior, já empregado nos mesmos serviços prestados.

## **14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**



**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



*Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)*

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020).

14.1. Trata-se de ação comum de engenharia, onde todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, cuja ação interfere nas atividades desenvolvidas na edificação. As experiências anteriores indicam que a contratação apresenta viabilidade e alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos. A Prefeitura Municipal de Niquelândia, não possui em seu quadro de servidores, profissionais habilitados, em quantitativo suficiente, para a execução de projeto tão específico como as dos padrões da AGEHAB, de modo que para suprir tal necessidade torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados, tendo em vista a necessidade de aprovação em órgão específico e serviços técnicos especializados. Assim, após o planejamento consignado neste estudo técnico, mostra-se viável a obtenção do objeto, sendo ele a contratação de empresa especializada na execução de projeto e acompanhamento de liberação para execução de casas de custo zero pela AGEHAB.

Niquelândia/GO, 02 de Abril de 2024.

**JULIANA ALVES GOMES**  
Gestora do FMAS



## MUNICÍPIO DE NIQUELÂNDIA

### AVISO DE DISPENSA Nº 061/2024

**PROCESSO: 2024004716**

### ANEXO III

**Art. 23, inciso I da Lei n.14.133/21**

**Processo nº 2024004716**

#### PLANILHA ESTIMATIVA DE DESPESA

Na obtenção do valor previamente estimado, visando alcançar os valores praticados pelo mercado, considerando que a cotação de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO, EXECUTIVO, DE APROVAÇÃO E LICENCIAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO HABITACIONAL - AGEHAB, foi realizada cotação de preços através de pesquisa de preços baseados nos incisos I, II, III e IV do art. 23º da Lei 14.133/21.

Considerando a especificidade deste tipo de contratação, o mapa de preços foi obtido utilizando a metodologia de escolha da média dos valores, As propostas de preços, assim como o mapa de preços contendo a consolidação dos valores estão arrolados no processo.

Desta forma, os valores obtidos foram os seguintes:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	MPE ENGENHARIA	CONSTRULIMA	COMARQUES	VALOR MÉDIO
1	1	SERV	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO, EXECUTIVO, DE APROVAÇÃO E LICENCIAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO HABITACIONAL - AGEHAB <b>LOTEAMENTO COLINA PARK - 82.417,94 M²</b>	45.000,00	55.000,00	52.000,00	50.666,66
2	1	SERV	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO, EXECUTIVO, DE	65.000,00	70.000,00	68.000,00	67.666,66



*Estado de Goiás*  
*Município de Niquelândia*  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



			APROVAÇÃO E LICENCIAMENTO E IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO HABITACIONAL - AGEHAB - PARA O <b>BAIRRO VILA BELA – NIQUELÂNDIA - GO – 10.210,00 m²</b>				
<b>TOTAL</b>				110.000,00	125.000,00	120.000,00	<b>118.333,32</b>

Inicialmente, conduziu-se uma pesquisa detalhada em sites oficiais de municípios da mesma federação, visando identificar parâmetros que pudessem servir de referência para nossa cotação. No entanto, as informações obtidas se restringiram a objetos de natureza semelhante, sem corresponder exatamente ao escopo específico da contratação, que inclui a elaboração de projetos básico, executivo, de aprovação e licenciamento, bem como a implantação de loteamento habitacional.

Posteriormente, foi realizada uma pesquisa direta com três fornecedores cadastrados no município de Niquelândia. Cada um desses fornecedores foi formalmente contatado para apresentar suas propostas de acordo com o escopo definido. As propostas foram analisadas minuciosamente e estão descritas a seguir, com o objetivo de assegurar que a escolha final seja baseada em uma comparação criteriosa das condições oferecidas.

#### **CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NIQUELÂNDIA

PNCP- MUNICÍPIO DE HIDROLÂNDIA

PNCP – MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE

MUNICÍPIO DE AGUA LIMPA

MUNICÍPIO DE TROMBAS

MUNICÍPIO DE MINAÇU

MUNICÍPIO DE SANTA BARBARA DE GOIÁS

AGEHAB (AGENCIA GOIÂNIA DE HABITAÇÃO)

MUNICÍPIO DE ITARUMÃ

MUNICÍPIO DE FORMOSO

MUNICÍPIO DE BARRO ALTO

#### **Empresa:**

MPE ENGENHARIA

COMARQUES CONSTRUTORA

CONSTRULIMA

#### **REGISTRO DOS FORNECEDORES QUE FORAM CONSULTADOS E NÃO ENVIARAM PROPOSTAS**

Não houve empresas que não responderam à solicitação formal. Todos os fornecedores contatados forneceram suas propostas conforme solicitado

#### **JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DOS FORNECEDORES**



*Estado de Goiás*  
*Município de Niquelândia*  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



Nesta senda, analisando a disponibilidade da informação buscada junto aos sites acima mencionados, cumprimos com os procedimentos solicitados pelo Decreto Municipal nº. 203/2022, conforme informado abaixo:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - Contratações similares feitas por Municípios do Estado de Goiás, próximos ao Município de Niquelândia/Go, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores

Desta forma, os valores obtidos foram os seguintes:

O valor médio de mercado, com base nos preços obtidos, foi de R\$ 118.333,32 (CENTO E DEZOITO MIL TREZENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS) calculado por meio da **média aritmética**.

A média da pesquisa de preço conforme discriminado na planilha anterior, constando as especificações técnicas apresentadas no Termo de Referência, cujo valor unitário se encontra, atualmente, dentro dos padrões praticados no mercado, conforme preço médio apresentados pelos fornecedores, pertinentes ao ramo de atividade aos orçamentos apresentados, bem como, quanto ao prazo de entrega, no qual justifica o preço ofertado.

Niquelândia, 02 de Agosto de 2024.

**Francisco Ferreira da Silva**  
Gestor do Executivo Municipal



## MUNICÍPIO DE NIQUELÂNDIA

### AVISO DE DISPENSA Nº 061/2024

**PROCESSO: 2024004716**

### ANEXO IV – MODELOS SUGERIDOS

.....(Razão Social da Empresa), estabelecida na .....(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º ....., neste ato representada pelo seu .....(representante/sócio/procurador), brasileiro, RG n.º....., CPF n.º..... residente e domiciliado (endereço), no uso de suas atribuições legais, vem:

1. DECLARAR, para todos os fins de direito junto ao Pregão Presencial, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos do Artigo Art. 337-M da Lei Nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações subsequentes.
2. DECLARAR que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
3. DECLARAR para os devidos fins e sob as penas da Lei, que não possui qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, com a Administração Pública Municipal, que impeça de contratar com a Município de Niquelândia.
4. DECLARAR estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299, do Código Penal, tornando nulo e sem efeito o contrato firmado com a Administração Pública, além de me obrigar a restituir aos cofres públicos todo e qualquer valor recebido indevidamente, sem prejuízo da atualização monetária até o dia da efetiva devolução.
5. DECLARAR para os devidos fins que na presente data a mesma se encontra enquadrada nos termos da Lei Complementar nº 123/06 de 14/12/2006, que trata do Regime das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, estando apta portanto a sua participação no Processo de Dispensa junto ao Município de Niquelândia.

Por ser verdade, assina a presente.

....., ..... de ..... de 2024

\_\_\_\_\_  
Responsável da Empresa, CPF e RG:

Obs.:

**A presente declaração deverá ser apresentada preferencialmente em papel timbrado dos licitantes.**



## MUNICÍPIO DE NIQUELÂNDIA

### AVISO DE DISPENSA Nº 061/2024

PROCESSO: 2024004716

### ANEXO V– MODELOS SUGERIDOS

### PROPOSTA DE PREÇO

Apresentamos nossa proposta para a o objeto da presente, que é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de....., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos, acatando todas as estipulações consignadas.

#### 1 IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

Nome da empresa:					
CNPJ:		Inscrição Estadual:			
Endereço:					
Fones:		Fax:			
Representante Legal:		Cargo:			
Carteira de identidade:		CPF:			
E-mail:					
Nome do banco, agência e número da conta bancária:					

#### 2 ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA MODELO	QTDE	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	Discriminação conforme anexo I					
002	Discriminação conforme anexo I					
003	Discriminação conforme anexo I					

#### 3 VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS.

3.1 A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.





**Estado de Goiás**  
**Município de Niquelândia**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**



**4 LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:**

**4.1** De acordo com o especificado no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

**5 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**5.1** Para fins de participação no processo em pauta, sob as penas da Lei, concordamos e se submetemos a todos os termos, normas e especificações pertinentes a presente dispensa, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação e DECLARAMOS que:

- que nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sócias, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre o fornecimento.
- que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas, assumindo como firmes e verdadeiras;
- que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- que inexistente de vínculo com a administração municipal, assinada pelo responsável legal da empresa, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme modelo sugerido no Anexo II.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
RG:

CPF:

função:

**Obs.:**

**A presente proposta deverá ser apresentada preferencialmente em papel timbrado do licitante.**



*Estado de Goiás*  
*Município de Niquelândia*  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



## **MUNICÍPIO DE NIQUELÂNDIA**

**AVISO DE DISPENSA Nº 061/2024**

**PROCESSO: 2024004716**

**ANEXO VI– MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO**

**SERVIÇOS DIVERSOS Nº #CONTRATO**